

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Ações em tesouraria

O saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 31.666 e estava composto por 1.925.172 ações (R\$ 48.580 em 31 de dezembro de 2024, composto por 2.612.586 ações).

A movimentação do número de ações em tesouraria no exercício foi a seguinte:

	Ações em tesouraria	
	em nº de ações	em R\$
Saldo em 1 de janeiro de 2025	2.612.586	(48.580)
Bonificação	213.908	-
Ações exercidas dos planos de opções	(901.322)	16.914
Saldo em 31 de dezembro de 2025 ⁽¹⁾	1.925.172	(31.666)

⁽¹⁾ O quadro da composição acionária da Companhia está refletindo a bonificação de ações em 12,5% conforme definido na AGE de 30 de dezembro de 2025.

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na última cotação em bolsa, anterior à data de encerramento do exercício, foi de R\$ 30.899 (R\$ 16,05 por ação) em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 45.563 (R\$ 17,44 por ação) em 31 de dezembro de 2024.

Em 6 de novembro de 2025 o conselho de Administração da Companhia aprovou um plano de recompra de ações conforme previsto no artigo 23, inciso XVI, do estatuto social da Companhia, na resolução nº077 da CVM, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 77"), no artigo 30, §1º, "b", da Lei nº 6.404/76 e no "anexo G" da resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022. O plano compreende que poderão ser adquiridas ou alienadas dez milhões de ações e o prazo máximo para liquidação será de 18 meses a partir da data de aprovação do referido programa.

d) Reservas de Lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Conforme previsão do Estatuto Social, em seu artigo 42, alínea a, no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada no dia 29 de abril de 2025, a destinação da reserva legal dos resultados de 2015 a 2017 e de 2019 a 2023 foram ajustadas no montante de R\$ 10.195, em função das retratificações das reservas de investimento incentivada constituídas no exercício de 2024.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal de R\$ 27.722 (R\$ 25.371 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Reserva para expansão

De acordo com disposições do Artigo 194 da Lei 6.404/76 e do Artigo 42 do Estatuto Social da Companhia, será formada uma reserva para expansão com base no lucro que remanescer após as deduções legais e estatutárias, com a finalidade de aplicação em ativos operacionais ou dispêndios de capital, não podendo essa reserva ultrapassar o montante de 80% do valor do capital social; ou o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% do capital social da Companhia. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada no dia 29 de abril de 2025, a destinação da reserva para expansão dos resultados de 2015 a 2017 e 2019 a 2023 foram ajustadas no montante de R\$ 10.195, em função das retratificações das reservas de investimento incentivada constituídas no exercício de 2024. Adicionalmente em dezembro de 2025, a Companhia ajustou a reserva de investimento incentivada em R\$ 5, em virtude de recalculos do incentivo do lucro da exploração. Em 30 de dezembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 914.158, com bonificação em ações, mediante capitalização do saldo da conta "reserva de expansão".

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva de expansão de R\$ 126.713 (R\$ 43.705 em 31 de dezembro de 2024), adicionalmente foi reduzido dessa reserva o montante de R\$ 1.737 referente a realização do custo atribuído (R\$ 1.491 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) Reserva de investimento incentivada

Corresponde a benefícios fiscais concedidos pelos estados do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso e de Goiás, pela redução no valor de ICMS a recolher de 70% a 75%, na forma de crédito presumido, para operações de algodão, caroço de algodão e milho, bem como operações com isenção e base de cálculo reduzida de ICMS, classificados como subvenção para investimento. A Companhia constituiu também reserva de incentivos fiscais, correspondente à parcela do lucro da exploração beneficiada com redução de 75% do imposto de renda da Pessoa Jurídica, nos termos do incentivo fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em dezembro de 2025, a Companhia ajustou a reserva de investimento incentivada em R\$ 5, em virtude de recalculos do incentivo do lucro da exploração.

Para o ano findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu reserva de incentivos fiscais de R\$ 1.138 referentes ao benefício do Lucro da Exploração (R\$ 2.008 em 31 de dezembro de 2024).

No final do exercício o saldo de reserva de lucros era de R\$ 710.489 (R\$ 1.591.319 em 31 de dezembro de 2024).

e) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

A composição do cálculo do dividendo intercalar, dividendo mínimo obrigatório, dividendo adicional proposto e dos Juros sobre o Capital Próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, está apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	555.573	509.410
Apropriação da reserva de incentivos fiscais	(1.138)	(2.008)
Apropriação da reserva legal	(27.722)	(25.371)
Base de cálculo dos dividendos propostos	526.713	482.031
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	-	120.508
Juros sobre Capital Próprio	20.000	-
Dividendos intercalares	380.000	120.508
Dividendos distribuídos	400.000	241.016
Dividendo por ação (excluindo ações em tesouraria)	0,805119	0,546873

O pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) no valor bruto de R\$ 20.000, foi calculado até a data base de 3 de dezembro de 2025, sobre o patrimônio líquido da Companhia. Correspondente a R\$ 0,04529051 por ação ordinária, excluídas as ações em tesouraria, foi imputado ao cálculo do dividendo obrigatório do exercício de 2025, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. A distribuição ocorreu no dia 23 de dezembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 4 de dezembro de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares às ações que compõem seu capital social, no montante de R\$ 380.000 à conta de lucros do exercício, após as deduções legais e estatutárias destinado à reserva de expansão da Companhia, apurado no balanço datado de 30 de setembro de 2025, correspondendo a R\$ 0,806051967 por ação ordinária, excluídas as ações em tesouraria. A distribuição ocorreu no dia 22 de dezembro de 2025.

f) Resultado por ação

Política Contábil

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). O cálculo do lucro diluído por ação é a divisão do lucro líquido do exercício ajustado por quaisquer dividendos ou outros itens relacionados com ações ordinárias potenciais diluidoras que tenham sido deduzidas para apurar o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia, qualquer participação reconhecida no período relacionada com as ações ordinárias potenciais diluidoras, e quaisquer outras alterações nas receitas ou despesas que resultariam da conversão das ações ordinárias potenciais diluidoras pelo número médio ponderado de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias.

Composição

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se referem aos planos de opções de ações e plano de ações restritas. Para esses planos de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de ações.

A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o período dos planos de ações.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	31/12/2025	31/12/2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício (a)	555.573	509.410
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias (b) ⁽¹⁾	496.247.684	494.966.476
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos (c) ⁽¹⁾	496.398.143	495.407.510
Lucro básico por ação ordinária (a/b)	1,11955	1,02918
Lucro diluído por ação ordinária (a/c)	1,11921	1,02826

⁽¹⁾ A média ponderada das ações da Companhia está refletindo a bonificação de ações em 12,5% conforme definido na AGE de 30 de dezembro de 2025.

g) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, são compostos como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Hedge accounting - instrumentos de hedge	218.863	(485.466)
Custo atribuído de ativo imobilizado e ajuste a valor de propriedades para investimento	1.063.471	1.142.744
Ganho e diluição de capital de controladas	25.909	25.909
Total	1.308.243	683.187

23. RESULTADO FINANCEIRO

Política Contábil

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial de saldos de contas a receber e de fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ajuste a valor presente dos contratos de arrendamento e ajuste a valor presente do contas a pagar. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	103.945	102.208	173.959	174.688
Variação cambial	262.197	147.203	365.839	189.392
Variação monetária	-	10	2.585	10
Ganhos com operações de derivativos	47.966	182.485	63.537	212.710
Outras	927	827	2.261	1.034
Total	415.035	432.733	608.181	577.834
Despesas financeiras				
Juros passivos	(688.471)	(475.219)	(822.038)	(541.214)
Variação cambial	(116.814)	(494.013)	(190.136)	(601.590)
Realização de AVP - passivo arrendamento	(396.472)	(339.047)	(331.963)	(305.778)
AVP - títulos a pagar	-	-	(54.462)	(23.802)
Perdas com operações de derivativos	(239.041)	(68.866)	(291.751)	(81.489)
Outras	(11.031)	(19.145)	(16.692)	(22.894)
Total	(1.451.829)	(1.396.290)	(1.707.042)	(1.576.767)
Resultado financeiro	(1.036.794)	(963.557)	(1.098.861)	(998.933)

24. COMPROMISSOS

a) Contratos de venda para entrega futura

A Companhia e suas controladas têm contratos de venda para entrega futura com alguns clientes, conforme demonstrado a seguir:

Produto	Controladora					
	Data de entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Moeda	Preço
Safra 2024/25						
Algodão em pluma	Jan/26-Ago/26	19	1	ton	BRL/ton	8.400,16
Algodão em pluma	Jan/26-Jul/26	91.421	68	ton	USD/ton	1.620,56
Caroço de algodão	Jan/26	26.259	26	ton	BRL/ton	1.144,29
Milho	Jan/26	57.996	5	sc	BRL/sc	48,10
Milho	Jan/26	25.552	1	sc	USD/sc	10,60
Soja	Jan/26	18.317	6	sc	BRL/sc	129,18
Soja	Jan/26	16	2	sc	USD/sc	22,50
Safra 2025/26						
Algodão em pluma	Ago/26-Jul/27	132.625	27	ton	USD/ton	1.631,78
Soja	Jan/26-Mai/26	1.419.582	40	sc	BRL/sc	117,40
Soja	Jan/26-Abr/26	7.258.000	46	sc	USD/sc	19,87
Milho	Jun/26	1.145.000	4	sc	BRL/sc	53,05
Milho	Jun/26-Jul/26	655.000	4	sc	USD/sc	9,04
Safra 2026/27						
Algodão em pluma	Ago/27-Dez/27	30.000	1	ton	USD/ton	1.631,40
Soja	Jan/27-Mar/27	220.000	5	sc	USD/sc	20,53

Produto	Consolidado					
	Data de entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Moeda	Preço
Safra 2024/25						
Algodão em pluma	Jan/26-Set/26	20	2	ton	BRL/ton	8.244,22
Algodão em pluma	Jan/26-Jul/26	122.815	75	ton	USD/ton	1.613,50
Caroço de algodão	Jan/26-Fev/26	38.127	39	ton	BRL/ton	1.091,14
Milho	Jan/26	76.846	9	sc	BRL/sc	48,10
Milho	Jan/26	26.352	2	sc	USD/sc	10,51
Soja	Jan/26	18.317	6	sc	BRL/sc	129,18
Soja	Jan/26	16	2	sc	USD/sc	22,50
Safra 2025/26						
Algodão em pluma	Ago/26-Jul/27	180.275	29	ton	USD/ton	1.637,75
Soja	Jan/26-Mai/26	2.486.984	67	sc	BRL/sc	115,62
Soja	Jan/26-Abr/26	12.648.000	76	sc	USD/sc	20,41
Milho	Jun/26-Jul/26	1.235.000	6	sc	BRL/sc	52,47
Milho	Jun/26-Jul/26	2.465.000	12	sc	USD/sc	8,33
Safra 2026/27						
Algodão em pluma	Ago/27-Dez/27	30.000	1	ton	USD/ton	1.631,40
Soja	Jan/27-Mar/27	345.000	8	sc	USD/sc	20,30

b) Contratos de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de arrendamento de terras, locação de veículos, máquinas e prédios, assim distribuídos:

Unidade	Localização	Moeda	Passivo de arrendamento (escopo CPC 06 (R2) (IFRS 16))	
			31/12/2025	31/12/2024
Palmares	Barreiras - BA	R\$	124.011	127.168
Panorama	Correntina - BA	R\$	66.296	73.699
Paladino	São Desidério - BA	R\$	3.726	214.383
Parceiro	Formosa do Rio Preto - BA	R\$	25.445	31.471
Paysandu	Correntina - BA	R\$	334.818	264.804
Piratini	Jaborandi - BA	R\$	5.662	2.688
Pantanal	Chapadão do Céu - GO e Chapadão do Sul - MS	R\$	453.641	462.067
Pamplona	Cristalina - GO	R\$	27.263	61.484
Planeste	Balsas - MA	R\$	117.098	130.708
Parnaíba	Tasso Fragoso - MA	R\$	123.443	132.290
Palmeira	Alto Parnaíba - MA	R\$	76.451	167.869
Paiaguás	Diamantino - MT	R\$	154.466	186.432
Planorte	Sapezal - MT	R\$	6.942	6.769
Perdizes	Porto dos Gaúchos - MT	R\$	67.556	73.943
Pioneira	Querência - MT	R\$	22.142	22.955
Planalto	Costa Rica - MS	R\$	7.979	10.073
Pampeira	Campo Novo do Parecis - MT	R\$	321.219	308.799
Piracema	Diamantino - MT	R\$	184.742	153.548
Pirapora	Santa Rita do Trivelato - MT	R\$	135.089	134.224
Próspera	Taboporã, Nova Canaã do Norte e Itaúba - MT	R\$	308.193	227.707
Parnaguá	Santa Filomena - PI	R\$	143.355	147.783
Paineira	Monte Alegre do Piauí - PI	R\$	364	134
Preciosa	Querência - MT	R\$	103.344	109.836
Porteira	Santana do Araguaia- PA	R\$	138.510	-
Perpétua	Alto Parnaíba - MA	R\$	173.706	-
Potência	Balsas - MA	R\$	275.134	-
Matriz	Porto Alegre - RS	R\$	17.295	16.212
Total			3.417.890	3.067.046
Parcela classificada no passivo circulante			253.713	249.612
Parcela classificada no passivo não circulante			3.164.177	2.817.434

Os passivos de arrendamento de terras e algodoieiras apresentam uma taxa de desconto média de 12,54% a.a. Para os demais passivos de arrendamentos (maquinários, prédios e veículos), a taxa de desconto média é de 13,83% a.a.

Em relação aos contratos de arrendamento de terceiros: (i) não há cláusulas de pagamento contingente; (ii) não há termos de renovação ou de opções de compra, exceto para o contrato da Fazenda Planalto, relativo a 1.603 ha, o qual tem renovação anual; (iii) os contratos de arrendamento de terras são indexados, em sua maioria, à variação do preço da saca de soja, não existindo outras cláusulas de reajustamento; (iv) não há restrições impostas, como as relativas a dividendos e juros sobre o Capital Próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

A demonstração dos fluxos de vencimento dos passivos de arrendamento e arrendamentos a pagar está apresentada na nota explicativa 25.g.

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política Contábil

Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio de resultado:

- É mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(ii) Custo amortizado

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

(iii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iv) Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores, contratos de mútuos, arrendamentos com partes relacionadas, arrendamentos com terceiros, títulos a pagar e outras contas a pagar:

(v) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge